

PARA CHEGAR DEPRESSA AO SÉC. XXI

ALFREDO SIMÕES*

* Professor Adjunto da ESTV.

Para além (ou por causa) da concorrência inter-empresarial, cada vez mais as cidades e as regiões competem entre si. Cada cidade ou região procura ter maior peso económico, atraindo investimento externo ou fomentando a iniciativa doméstica; cada cidade ou região esforça-se por acolher os serviços desconcentrados da Administração Pública ou luta pela fixação de instituições prestigiadas e prestigiantes; cada cidade ou região tem para oferecer mais facilidades de relação com os mercados e com o mundo envolvente; cada cidade ou região exige estar na primeira linha do poder do Estado lançando holofotes sobre os seus políticos, intérpretes da sua vontade e depositários das expectativas das suas populações.

Em final do século, a competitividade das cidades ou das regiões assume-se tão importante para o desenvolvimento como a competitividade de cada um dos seus agentes económicos. Ora, num mundo em rápida e permanente mudança, a competitividade ganha-se - ou perde-se - na capacidade de inovação e na consequente capacidade de antecipação dos movimentos sociais, culturais e económicos.

Mas um espaço onde ocorra a inovação pressupõe a existência de um ambiente propício com recursos humanos qualificados, adequada oferta de formação e de bens culturais, incluindo, necessariamente, a cultura científica e tecnológica. Não há inovação sem informação. Por isso, a abertura ao exterior é indispensável, assim como uma crescente fluidez de informação de forma a contribuir para uma apertada "rede de cumplicidades" entre os agentes sociais da cidade e da região.

Um espaço de inovação necessita, por outro lado, de estar associado a um centro urbano com dimensão crítica suficiente para se assumir como um importante e qualitativamente exigente mercado de produtos finais e "merecedor" da instalação de serviços de elevado valor acrescentado.

1 - A ACÇÃO DO IPV

É nesta trama entre inovação e competitividade, a cidade e a região que se insere a actividade do IPV e da qual decorre uma multiplicidade de funções.

Genericamente, pode dizer-se que ao IPV compete produzir dois tipos de "bens":

- a) Qualificações profissionais para o sistema produtivo e para o sistema de ensino, quer seja no âmbito da formação inicial, quer no domínio da formação profissional contínua;
- b) "Bens culturais", como obras de arte, no domínio da literatura, do teatro, da pintura, etc., ou como resultado do desenvolvimento da cultura científica e tecnológica associada à investigação em áreas como a linguística, as ciências da educação, a gestão empresarial ou as tecnologias da produção, etc.

Por outro lado, e em concordância com a actividade principal, ao IPV compete a produção de outros bens e a prestação de serviços, como sejam, por exemplo: materiais didácticos (mal será que um centro de formação de professores não seja um centro de inovação didáctica, mesmo ao nível dos meios auxiliares), cursos diversos (e.g. "direitos do consumidor"), colóquios/conferências (e.g. "a biodiversidade"), espectáculos culturais (e.g. concerto com Pedro B.), etc.

Porém, duas características devem acompanhar, sempre e cada uma das actividades do IPV:

- a) Rigor científico e ausência de sectarismo de natureza estética, cultural, política, etc.;
- b) Promoção de práticas e comportamentos abertos à inovação e de conhecimentos de geração actual;

Neste quadro global de referências pode dizer-se que o IPV já cumpriu uma parte dos seus objectivos, já percorreu algumas etapas importantes do seu caminho. A saber: criou cursos de formação inicial de jovens quadros para a actividade económica e para o ensino, proporciona formação profissional a centenas de docentes, tem contribuído para a produção cultural (no sentido amplo do termo) da região, colabora com entidades várias - nacionais e estrangeiras - sob os mais diversos pretextos, etc. Em suma, está a contribuir para o florescimento de um meio inovador, susceptível de proporcionar acréscimos de competitividade à região, à cidade e aos agentes económicos.

No entanto, é possível - é sempre possível - e necessário (digamos: urgente) fazer mais, para melhor e para diferente, mas sempre na perspectiva de que o IPV tem de dar um contributo importante para que a região e a cidade de Viseu sejam, cada vez mais, espaços de modernidade e de abertura ao mundo. Para o efeito, duas acções, de natureza e amplitude variadas, impõem-se desenvolver até ao final do século:

- a) Adequar as estruturas aos desígnios da região, da cidade e dos agentes sociais;
- b) Estreitar as ligações orgânicas com outras estruturas de âmbito regional, nacional e internacional servindo, dessa forma, as políticas de ensino, de investigação e de parceria com o exterior;

1.1. Adequar as estruturas

Concluída a instalação da Escola Superior de Tecnologia e da Escola Superior de Educação, lançada a Escola Superior Agrária, os sectores produtivos e do ensino dispõem, assim, de uma estrutura operacional de formação de qualificações. Porém, é notória a ausência de formação superior, na região, ao nível das artes e da comunicação

Por isso, a criação de uma Escola Superior no domínio das Artes, já defendida, aliás, pelo Presidente do IPV, é imprescindível para dar suporte à iniciativa e à criatividade de centenas de jovens viseenses e constituir-se em factor estruturante da produção e divulgação cultural da região. Fará algum sentido, contudo, que a esta Escola seja associada outra valência, a da Comunicação que englobe, por exemplo, a formação em jornalismo, publicidade, relações públicas, etc., ou a valência do design que, não estando desligada das anteriores, permite outra aproximação aos sectores económicos regionais, sem esquecer, ainda, a formação em tecnologias multimedia cujo conhecimento e cuja utilização se encontram, na região, a níveis bastante baixos.

Por outro lado, embora a formação em gestão esteja assegurada pela Escola Superior de Tecnologia, a necessidade de diversificação e de crescimento das ciências da empresa tem levantado a discussão sobre a existência de uma estrutura autónoma que, em concordância com os interesses dos diversos sectores produtivos tenha a seu cargo o desenvolvimento do ensino, da investigação e da prestação de serviços em gestão empresarial e noutros domínios da vida económica e social da região de Viseu.

Com efeito, o Departamento de Gestão, por força das especificidades próprias e pela sua inserção no tecido sócio-económico regional, tem conhecido uma evolução que é resultado, simultaneamente, da estratégia de desenvolvimento da ESTV mas também do crescimento económico regional. Tal facto conduziu este Departamento ao primeiro lugar em número de alunos (cerca de 1/3 do total), de docentes (cerca de 1/4 do total) e de Cursos (4 num total de 13 bacharelatos e Ceses). Com esta dimensão, é possível começar a identificar áreas do saber distintas e mobilizadoras dos docentes, deste e de outros departamentos, que se traduzem em Cursos diferentes (Gestão de Empresas, Contabilidade, Gestão Comercial e da Produção) e em propostas de formação diversificadas que é necessário confrontar com a realidade exterior. Neste sentido, surgiram os Cursos de Marketing (Cese) e de Integração e Desenvolvimento Regional (Cese) e, por último, um curso (bacharelato) para a promoção e a gestão das actividades turísticas e cujo estudo de mercado se encontra praticamente concluído.

Com estes Cursos em funcionamento, num total de sete, o número de alunos ultrapassará facilmente os 1000 e o número de docentes envolvidos, das diferentes área científicas, aproximar-se-á da meia centena.

Mas o papel que hoje cabe a uma unidade de formação em gestão não se pode confinar à formação inicial de quadros técnicos. As exigências da vida empresarial obrigam os seus intervenientes a uma constante actualização técnica e científica na perspectiva da obtenção de melhores registos da realidade e de facilidade de adaptação e de resposta às mudanças permanentes que ocorrem nos mercados.

Por outro lado, o ensino da gestão exige cada vez mais o recurso a outras áreas científicas diversificadas (Economia, Direito, Psicologia, Sociologia, Engenharias, Matemática, ...), sendo desejável que cada uma delas tenha capacidade de fazer o seu próprio caminho e, simultaneamente, contribua para o reforço da rede de formação dos jovens, dos quadros e dos empresários.

Neste sentido, as estruturas de formação terão de estar preparadas para, a nível organizativo, promoverem as condições de desenvolvimento das diferentes áreas do saber (das contabilidades ao marketing, da produção à psicologia e à sociologia, da economia ao direito, dos métodos quantitativos à estratégia, etc.) e, simultaneamente, responderem às necessidades de formação, quer inicial, quer de especialização, seja através de cursos breves ou de bacharelatos e licenciaturas, de iniciativa própria ou em colaboração com empresas, com associações empresariais ou profissionais ou com outras estruturas de formação.

São todos estes considerandos que deverão merecer a reflexão quer a nível do Departamento de Gestão, quer ao nível da ESTV, sendo certo, que uma eventual alteração só deverá ser feita no sentido da maior flexibilidade e da criação de estruturas mais sólidas e capazes de melhorarem os resultados positivos até agora alcançados, nomeadamente ao nível do ensino e da ligação às actividades económicas.

Uma breve referência deve ser feita a outras duas estruturas que se começaram a perfilar no IPV. Referimo-nos à ADIV, cuja importância na ligação das escolas à comunidade não deve ser desprezada, e ao Centro de Línguas (CIELV) que está a dar os primeiros passos e pode representar, para além do papel de prestação de serviços (cursos de línguas, centro de tradução ao serviço das empresas ou de iniciativas diversas, ...), mais uma porta de abertura ao exterior, nomeadamente às culturas europeias.

Mas todas estas acções necessitam que nos conheçamos melhor, que identifiquemos com maior precisão os pontos fortes e os pontos fracos das Escolas, da cidade e da região, que participemos de forma mais activa e construtiva na definição dos desígnios regionais. Por isso, é necessário fomentar o estudo sobre nós próprios, sobre a região e as suas ligações com as outras regiões, sobre a história, o património, a cultura, mas também sobre os agentes económicos, políticos e sociais; é necessário preservar o acervo de documentação que já existe e que virá a ser produzido; é necessário contribuir para o estabelecimento de relações que incentivem as iniciativas locais e regionais; mas é também necessário divulgar o que somos capazes de fazer e valorizar as capacidades que detemos. Defendemos, por isso, a criação de um Centro de Documentação e de Estudos Regionais da Beira Alta - uma estrutura assumida por vários parceiros e que possa fazer a síntese de esforços múltiplos e dispersos de pessoas e instituições.

Com as unidades orgânicas existentes e a criar e com os novos órgãos de interface, o IPV disporá de estruturas adequadas à consolidação das suas políticas de ensino e formação, de investigação e de cooperação intraregional bem como das políticas cultural e de cooperação internacional indispensáveis à realização do seu papel interventor ao serviço do desenvolvimento da região.

1.2. Estreitar as ligações com outras estruturas

As relações Escola-Empresa não podem ser vistas no estreito quadro mercantilista da prestação de serviços, mas sim no enquadramento mais geral do desenvolvimento da região em que ambas as estruturas se inserem.

Ao IPV não compete apenas proporcionar cursos de formação ou, por exemplo, elaborar o estudo de viabilidade económico-financeira de um qualquer projecto. Por seu turno, das empresas e demais instituições não se espera, apenas, que absorvam os técnicos diplomados no IPV ou que sejam, tão só, "clientes" que comprem um curso ou um serviço de laboratório.

As ligações terão de ser mais profundas e de responsabilização mútua. Em última análise, os objectivos são comuns, embora os caminhos percorridos sejam diferentes mas, nem por isso, deixam de se entrecruzar ou seguir lado a lado em direcção a patamares superiores do bem estar social da região.

Sendo certo que o objectivo primeiro, socialmente determinado para o IPV, é a formação de quadros para o sistema produtivo e de ensino regionais, ninguém poderá defender que as competências de uma instituição de ensino superior se esgotem na formação do "homem profissional, ou seja do homem sem mais horizontes do que aqueles que lhe oferece o território do seu saber de ofício"¹. Por isso, se defende a existência de uma "política cultural" no IPV que, em ligação estreita com outras estruturas regionais, possa oferecer aos jovens que aqui são formados (e a todos os que residem na região) a oportunidade de não passarem ao largo dos grandes acontecimentos culturais ou da discussão dos temas mobilizadores da sociedade portuguesa². Simultaneamente, é necessário que a música, a história, a economia, etc., de matérias de ensino façam parte também das expectativas e das vivências de todos, que sejam matérias para a produção própria ou de consumo generalizado, que sirvam, por exemplo, a produção musical de Viseu, que apurem as exigências (estéticas e dos direitos) dos consumidores ou incentivem a iniciativa empresarial de padrões diferenciados e em níveis cada vez mais elevados.

A generalização do saber é, pois, um imperativo para o IPV, um contributo de primeira grandeza para o desenvolvimento social da região e para a existência de um meio crescentemente mais exigente e cada vez mais aberto ao mundo. Porém, não será possível levá-lo a bom termo sem a participação de outros agentes regionais: autarquias, associações profissionais, de jovens, empresas, etc.

A este nível de cooperação seguem-se outros, mais direccionados e com objectivos mais imediatos. Se tivermos em conta objectivos estritamente internos ao IPV (formação de docentes ou mobilidade de estudantes, por exemplo) não será indiferente a cooperação com outras instituições, seja no país A ou no país B, seja por meio da realização de seminários ou de estágios? No entanto, se considerarmos que a própria região tem relações de abertura ao exterior (relações comerciais, culturais, políticas, etc.) e que a prossecução de objectivos de desenvolvimento podem passar pelo incentivo do relacionamento

com o país X ou Y, não será aceitável que haja uma tentativa de conciliação entre os objectivos do IPV e os objectivos das empresas, das autarquias, etc.? A "política internacional" do IPV (e, naturalmente, das Escolas integradas) não pode, por isso, deixar de ser equacionada à luz do contexto regional e não somente enquanto política da e para a instituição. Para isso, é necessário que se tenham em conta as necessidades específicas do IPV, mas também os interesses das autarquias no âmbito, por exemplo, das respectivas políticas de geminação; ou os objectivos comerciais das empresas em relação aos mercados alvo dos seus planos de marketing; ou as políticas de internacionalização das empresas, etc.

Um terceiro nível de cooperação é o que resulta da composição do Conselho Geral do IPV e dos Conselhos Consultivos das Escolas. Apesar de institucionalizada e dos objectivos se encontrarem perfeitamente definidos, esta cooperação - que tem tido resultados positivos - corre o risco de se transformar num simples adorno caso o funcionamento dos órgãos referidos não seja encarado com a normalidade que exigimos em relação aos Conselhos Científicos ou aos Conselhos Pedagógicos.

Para que isto não aconteça é necessário que aqueles órgãos tenham vida própria e não funcionem, de forma burocrática, quando a legislação e os regulamentos preveem. Estes órgãos devem possuir funções específicas e definir tarefas concretas. É necessário, por isso, que todos façamos um exame e nos interroguemos sobre o sentido e o alcance de, por exemplo, propormos um plano de actividades à aprovação do Conselho Consultivo sem este ser chamado à discussão prévia de pressupostos e objectivos institucionais; ou de solicitarmos o comprometimento dos representantes da comunidade com a aprovação de uma tabela de emolumentos sem discutirmos, por exemplo, as grandes linhas da política financeira; ou, ainda, de propormos a aceitação de um curso a quem não participou na definição das grandes orientações estratégicas da Escola.

Este tipo de cooperação que é feita dentro dos próprios órgãos da Escola é potenciadora das restantes formas de cooperação mas também é susceptível de evidenciar as nossas fraquezas e insuficiências de relacionamento com o exterior. Neste sentido e considerando os objectivos fixados em regulamentos próprios, não será possível e necessário que estes órgãos de ligação Escola-comunidade elaborem e executem os seus próprios planos de acção?

Por último, e retomando o que dissemos acima, um quarto nível de ligação Escola-Empresa/comunidade respeita à prestação de serviços. Embora referenciada em último lugar, esta forma de cooperação não deixa, por isso, de ser importante. O que se entende é que ela deve enquadrar-se numa acção mais global do IPV representando, por sua vez, as ligações capilares entre as escolas integradas e o tecido

empresarial e social da região. Por isso, deverão ser tão densas quanto possível, de forma a aumentar a extensão de contacto entre as instituições regionais.

2. NOTAS FINAIS

Dissemos acima que a competitividade da região, da cidade e da empresas ganha-se - ou perde-se - na capacidade de inovação. Por outro lado, esta exige a construção de um ambiente adequado que pressupõe a existência de recursos humanos qualificados e a fluidez da informação entre os agentes sociais. Para tanto, ao IPV está reservado um papel importante na região e que não se esgota na formação de quadros qualificados para os sistemas produtivo e de ensino. Por isso, identificámos quatro "políticas" que consubstanciavam esse papel de incremento da ligação Escola-Empresa/região: política "cultural", política "internacional", política "institucional" e política de "prestação de serviços", e ainda propusemos uma adequação das estruturas actuais de forma a que fiquem criadas as condições necessárias para "chegarmos depressa ao séc.XXI".

Sendo verdade que as primeiras políticas enunciadas são de "enquadramento" e procuram, por um lado, estabelecer laços afectivos de confiança mútua entre os agentes regionais e, por outro, elevar o nível de relacionamento entre estes mesmos agentes, não podemos ignorar que será a "prestação de serviços" que consolidará as ligações do IPV com o exterior. Com efeito, pela natureza de instituição de ensino superior e assumindo as características acima enunciadas - rigor e promoção de práticas abertas à inovação e de conhecimentos de geração actual - o IPV/Escolas tem condições para satisfazer as necessidades das empresas em relação a muitos serviços cuja oferta é escassa na região: serviços económico-financeiros, controlo de qualidade, design, formação de pessoal, informática de gestão, estudos de mercado, auditorias, engenharia industrial, I&D, etc. etc.

As estruturas estão praticamente criadas, existe consciência interna da importância do relacionamento com o exterior - assim saibamos todos qual o papel de cada um e o que o mercado espera de nós.

Notas:

1António Manuel Baptista, "A Primeira Idade da Ciência", Gradiva, Lisboa, 1996.

2"A missão fundamental da educação consiste em ajudar cada indivíduo a desenvolver todo o seu potencial e a tornar-se um ser humano completo e não um instrumento da economia; a aquisição de conhecimentos e competências deve ser acompanhada pela educação do carácter, a abertura cultural e

o despertar da responsabilidade social" - Relatório da Mesa-Redonda dos Industriais Europeus, Fev. 1995.